REUNIÃO DE 04.09.2001

EXPEDIENTE

1. Discussão e votação da Ata da 872ª sessão extraordinária do Conselho Universitário (Co), realizada em 31 de julho de 2001. **Aprovada.**
2. Comunicações do Reitor.
3. Palavra aos Senhores Conselheiros.
4. Eleições:
 - Eleição de um membro docente do Co para constituir a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), na vaga decorrente do término de mandato do Prof. Dr. João Palermo Neto (03.08.01).
Eleito:
Prof. Dr. João Palermo Neto, com 74 votos.
 - Eleição de um membro docente do Co para constituir a Comissão Editorial da EDUSP, na vaga decorrente do término de mandato do Prof. Dr. Oswaldo Paulo Forattini (16.06.01).
Eleito:
Prof. Dr. Oswaldo Paulo Forattini, com 48 votos.
 - Eleição de um membro docente do Co para constituir o Conselho Deliberativo da Orquestra Sinfônica da USP (inciso II do artigo 5º da Resolução CoCEX 4851, de 13.08.2001).
Eleita:
Profª Drª Maria Ruth Amaral de Sampaio, com 73 votos.

ORDEM DO DIA

CADERNO ESPECIAL - FUNDAÇÕES PROCESSO 97.1.23850.1.7 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- Resolução n.º 3592, de 07.11.89, que regula as relações entre a USP e as Fundações que desenvolvem suas atividades na USP.

Retirado de pauta.

CADERNO I - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO (item 8, parágrafo único do artigo 16 do Estatuto - *quorum* de 2/3 = 70)

1. PROCESSO 2001.1.13130.1.6 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- Proposta de alteração estatutária apresentada pela representação discente de pós-graduação, no sentido de assegurar a representação de alunos de pós-graduação nos Conselhos Departamentais (29.05.01).
- Texto atual :
Art. 54 - ...
VI - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes do Conselho, assegurada a representação mínima de um estudante graduação.
...
§ 8º - Na hipótese da representação discente admitir mais de um membro, haverá pelo menos um representante dos estudantes de pós-graduação regularmente matriculados em áreas em que haja participação preponderante do Departamento,

eleito por seus pares.

...

- Texto proposto pela representação discente de pós-graduação:
Art. 54 - ...
VI - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes do Conselho, assegurada a representação mínima de um estudante graduação ou pós-graduação.

...

§8º -

...

- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, favorável, no mérito, à proposta de alteração do Estatuto quanto ao inciso VI do art. 54, bem como do seu § 8º, apresentada pela representação discente de pós-graduação (20.08.01).
- Texto proposto pela CLR:
Art. 54 - ...
VI - a representação discente, equivalente a dez por cento do número de membros docentes do Conselho, assegurada a representação mínima de um estudante, proveniente dos cursos de graduação ou pós-graduação regularmente matriculados em áreas em que haja participação preponderante do Departamento, a critério da Unidade, eleitos por seus pares.

...

§8º - Na hipótese da representação discente admitir mais de um membro ela deverá contemplar igualmente ambos os segmentos discentes, decidindo a Unidade sobre se o representante a mais deve provir da graduação ou da pós-graduação quando o número for ímpar, observado, sempre que possível, o número de estudantes em cada um dos segmentos (20.08.01).

É aprovado o parecer da CLR.

É aprovada a proposta do Cons. Leonardo Crochik, de alteração do § 8º: 'Na hipótese da representação discente admitir mais de um membro, ela deverá contar com, no mínimo, um representante de cada segmento discente'.

Indeferida a proposta do Cons. Joaquim José Gama Rodrigues, de alteração do § 8º: 'Na hipótese da representação discente admitir mais de um membro, ela deverá contar, preferencialmente, com no mínimo um representante de cada segmento discente'.

2. PROCESSO 2001.1.13130.1.6 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- Proposta da Congregação da FFLCH, solicitando que a carreira docente tenha início no nível de Assistente [§ 1º do art. 76 do Estatuto que diz: as categorias docentes, mencionadas nos incisos III a V (Prof. Doutor, Prof. Associado, Prof. Titular) constituem a carreira docente], portador de título de mestrado, abrandando as exigências estatutárias atuais do doutoramento para ingresso na carreira por concurso público de títulos e provas.
- Proposta do IQSC, para que as categorias de Professor Assistente e de Auxiliar de Ensino tenham representação na Congregação e no Conselho Departamental, sempre que a Unidade conte com, pelo menos, x membros da dada categoria e o Depto. com, pelo menos, y membros da dada categoria. Propõe, também, que haja um limite de x anos após o qual o Professor Doutor que não mudar de categoria não poderá eleger nem ser eleito para os Colegiados(08.05.01).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, contrário às propostas apresentadas pela FFLCH e pelo IQSC (20.08.01).

Retirado de Pauta.

3. PROCESSO 2001.1.13130.1.6 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- Eleições diretas para Diretor e Vice-Diretor (art. 46 do Estatuto)
- Ofício do Diretor do IME, Prof. Dr. Siang Wun Song, ao M. Reitor, Prof. Dr. Jacques Marcovitch, encaminhando proposta de alteração estatutária referente a escolha de diretor e de vice-diretor de unidade (02.09.99).
- **Artigo 46 do Estatuto:** “ O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos pelo Reitor, de lista tríplice de Professores Titulares, elaborada pelos membros da Congregação e dos Conselhos de Departamento, especialmente reunidos para essa finalidade, cabendo a cada eleitor apenas um voto”.
- **Proposta do IME:** art. (xx) - “O Diretor e o Vice-Diretor da Unidade serão eleitos em votação secreta pelo Colégio Eleitoral definido nos termos do presente Estatuto”.
- “§1º - Caso o candidato mais votado não alcance a maioria absoluta dos votos, será realizado, uma segunda com os dois candidatos mais votados, 30 minutos após a proclamação do resultado da primeira votação”.
“Disposição transitória: Essa proposta, após aprovação no Conselho Universitário, terá vigência a partir da próxima gestão da Reitoria”.
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, que considera que a “proposta não traz vantagens para o melhor desempenho da Universidade no ensino, na pesquisa e na extensão, tríade que fundamenta a sua missão. Ao contrário, considerando que a nossa Universidade é mera federação de Unidades, cada uma com uma história e tradição, a proposta é desagregadora, pois elimina definitivamente o limitado poder moderador do Reitor, fundamental para a manutenção da tênue unidade da Universidade de São Paulo” (04.10.99).
- Trecho da Ata da 857ª sessão do Conselho Universitário de 19.10.99, em que a matéria foi discutida e retirada de pauta para ouvir as opiniões das unidades.
- **Parecer da CLR:** com o voto contrário do representante discente Weber Sutti, a Comissão aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, contrário à proposta apresentada pelo IME, de alteração de Estatuto, a fim de proporcionar a eleição direta para diretor e vice-diretor das unidades universitárias (06.08.01)

Considerando que não foram obtidos os 70 votos nesta votação (quorum de 2/3 necessários para mudança de Estatuto), o artigo 46 é mantido sem modificações.

CADERNO II - ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL

(item 5, parágrafo único do artigo 16 do Estatuto - maioria absoluta = 53)

PROCESSO 2001.1.13130.1.6 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- Ofício da Pró-Reitora de Graduação, Profª Drª Ada Pellegrini Grinover, ao Presidente da CLR, Prof. Dr. Walter Colli, encaminhando proposta de alteração do § 2º do art. 78, do Regimento Geral, que trata das transferências condicionadas à existência de vagas e aprovação em exame de seleção, cuja mudança de regra visa privilegiar o mérito acadêmico, dentro das diretrizes gerais de qualidade dos cursos de graduação, aprovada pelo CoG, em 14.09.00 (17.07.01).
- Texto atual :
Art. 78 -
§ 2º - Os pedidos de transferência de um curso para outro da USP terão prioridade sobre os de outras instituições de ensino superior.
- Texto proposto :
Art. 78 -
§ 2º - Em caso de empate entre candidatos à transferência, no exame de seleção, o aluno da USP terá preferência sobre os de outras instituições de ensino superior.

- Parecer da CLR : aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, favorável à proposta da Pró-Reitoria de Graduação, cuja alteração melhor se coaduna com as diretrizes superiores do Estatuto e fundamenta-se tão somente no mérito que sempre deve ter prioridade em se tratando de ambiente acadêmico (06.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração proposta.

CADERNO III - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO

PROCESSO 2001.1.42.30.0 - CENTRO DE BIOLOGIA MARINHA

- Ofício do Diretor do CeBiMar, Prof. Dr. José Carlos de Freitas, ao M. Reitor, encaminhando proposta de alteração do Regimento do Centro, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 03.05.2001.
- **Parecer da CJ:** “do ponto de vista jurídico, há reparos a serem feitos, podendo a alteração prosseguir na forma proposta, tendo em vista que está em consonância com a norma do artigo 51 do RG da USP, com a redação que lhe foi dada pela Resolução nº 4473/97” (21.06.01).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Eugênio Foresti, favorável à proposta de alteração do Regimento do CeBiMar (06.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do Regimento do CeBiMar.

CADERNO IV - REVISÃO DE DECISÃO DO Co

PROCESSO 96.1.340.27.5 - ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

- Ofício do Diretor da ECA, Prof. Dr. Waldenyr Caldas, ao M. Reitor, encaminhando manifestação do Chefe do Depto. de Artes Plásticas, Prof. Dr. Donato Ferrari, sugerindo que os trabalhos de imagem sejam mostrados através de meios eletrônicos nas provas práticas de concursos de docentes. De acordo com decisão do Co de 18.10.94, é vedado o uso de microcomputadores nas provas de concursos acadêmicos. Na área em questão (Artes Plásticas), bem como em outras unidades, utiliza-se o formato de portfólio eletrônico de conformidade com as práticas profissionais e de mercado, principalmente na prova prática. A proibição de sua apresentação diminui a qualidade dos candidatos e determina uma avaliação precária porque ele tem que ser substituído por slides, vídeos, impressos, etc. (26.04.01).
- Circ.SG/Co/102, de 20.10.94, encaminhada pela Secretaria Geral aos Diretores das Unidades, informando que o Co, em 18.10.94, decidiu que é vedado o uso de microcomputadores nas provas de concursos acadêmicos
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Eugênio Foresti, sugerindo que ‘o uso de microcomputador ou de qualquer outro meio eletrônico, existente ou a ser criado, em provas de concursos, seja decidido pela Egrégia Congregação de cada unidade de ensino e pesquisa, de acordo com as suas conveniências e necessidades’. A CLR remete a matéria à consideração do Co, que, se assim entender, poderá reverter a sua decisão de 18.10.94 (06.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, favorável à utilização de microcomputadores em concursos públicos, a critério da Congregação de cada Unidade.

CADERNO V - REESTRUTURAÇÃO DEPARTAMENTAL

1. PROCESSO 98.1.103.58.5 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

- Pedido de manutenção da atual estrutura do Departamento de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia, por mais dois anos.
- **Parecer da CAA:** favorável a que o Depto. de Cirurgia, Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia mantenha sua constituição por mais dois anos, após o que deverá ser novamente avaliado. Nessa decisão, a CAA levou em consideração os argumentos apresentados, a promessa de uma mudança qualitativa no seu desempenho e, principalmente, o esforço realizado pela FORP na discussão e implementação do processo de reestruturação departamental. (06.08.98)
- **Conselho Universitário:** aprovou o parecer da CAA, favorável à manutenção temporária do Depto. de Cirurgia, Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia. (25.08.98)
- Ofício do Chefe do Depto. de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia, Prof. Dr. Alberto Luiz Rosa, à Diretora da FORP, Profª Drª Sada Assed, encaminhando o relatório de atividades do Departamento, referente ao período de 1998 a 2000, aprovado em reunião extraordinária do Conselho do Departamento, em 15.08.00 (17.08.00)
- **Parecer da Congregação da FORP:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Mathias Vitti, favorável ao relatório de atividades do Depto. de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia (18.09.00)
- Relatório de atividades acadêmicas do Depto. de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia da FORP - período 1998-2000
- **Parecer da Congregação da FORP:** aprova o relatório de atividades do Depto. de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia (07.07.01)
- **Parecer da CAA:** aprovou o parecer do relator, Prof. Dr. Irineu Tadeu Velasco, favorável à manutenção da atual estrutura do Depto. de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia, por mais dois anos, para que possa operacionalizar as propostas apresentadas no Plano de Metas Acadêmicas, que abrange o período de 1998-2002. (08.08.01)

É aprovado o parecer da CAA, favorável à manutenção da atual estrutura do Departamento de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia da FORP, por mais dois anos.

2. PROTOCOLADO 2001.5.216.1.1 - FACULDADE DE MEDICINA

- Pedido de manutenção da atual estrutura do Departamento de Psiquiatria, por mais dois anos.
- **Parecer da CAA:** aprova o parecer do Prof. Dr. Héctor Francisco Terenzi, favorável à manutenção da composição atual do Depto. de Psiquiatria e de Pediatria por mais 2 anos, quando estes deverão ser novamente avaliados. (08.03.99)
- **Conselho Universitário:** aprova o parecer da CAA, favorável à manutenção da atual estrutura dos Departamentos de Psiquiatria e de Pediatria (23.03.99)
- Relatório das atividades desenvolvidas pelo do Depto. de Psiquiatria - 1999/2001 (09.04.01).
- Ofício do Chefe do Depto. de Psiquiatria, Prof. Dr. Zacaria Borge Ali Ramadam, à Secretaria Geral, encaminhando dados complementares sobre o Depto. de Psiquiatria. (23.07.01)
- **Parecer da CAA:** aprova o parecer da relatora, Profª Drª Suely Vilela, favorável à manutenção da atual estrutura do Depto. de Psiquiatria, de acordo com a Resolução 4264/96 (08.08.01).

É aprovado o parecer da CAA, favorável à manutenção, em definitivo, do Departamento de Psiquiatria.

CADERNO VI - RECURSOS

1. PROCESSO 97.1.26499.1.9 - MONICA LEIRO ROMEO RIBAS

- Pedido de revalidação do diploma de Professorado de Educação Geral Básica, obtido na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, ao de Pedagogia com Habilitação em Magistério, das matérias pedagógicas do 2º grau.
- Requerimento de Mônica Leiro Romeo Ribas, de revalidação do diploma de Professorado de Educação Geral Básica, obtido na Universidade de Santiago de Compostela, ao de Pedagogia com Habilitação em Magistério, das matérias pedagógicas do 2º grau (03.07.97).
- **Informação da Divisão de Registros Acadêmicos (DRA):** os autos estão devidamente instruídos e em condições de serem encaminhados à Pró-Reitoria de Graduação (07.07.97).
- Despacho do Pró-Reitor de Graduação, encaminhando os autos à FE para dar prosseguimento à revalidação do diploma (10.07.97).
- **Parecer da Comissão de Graduação da FE:** aprovou, por unanimidade, o parecer da relatora, Profª Drª Ana Luisa Vieira de Matos, que assim conclui: 'À vista do exposto e levando em consideração não só o Parecer 252/69, a Resolução CoG 3751, mas também as últimas determinações emanadas pelo Ministério da Educação e do Desporto e pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, não se considera a requerente habilitada em Pedagogia para exercer o magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau e nem tampouco para ministrar aulas de 1ª a 4ª séries do 1º grau' (12.05.98).
- **Parecer da Congregação:** aprovou o parecer contrário à revalidação de diploma de estrangeiro (25.06.98).
- **Parecer do CoG:** homologou a decisão contrária da Unidade (20.08.98). - fls. 7
- Ofício do Diretor da DRA à interessada, dando ciência da decisão do CoG (24.08.98).
- Solicitação da interessada de nova verificação e avaliação no processo de revalidação.
- Circular da Comissão de Graduação da FE, estabelecendo critérios para fundamentar pareceres sobre revalidação de diplomas obtidos no exterior (11.01.99).
- **Parecer de Romualdo Portela de Oliveira:** posiciona-se pela não aprovação da revalidação do diploma de Mônica Leiro Romeo Ribas, baseado na análise dos documentos apresentados e ao cotejá-los com a legislação pertinente, no âmbito da USP, com as normas em vigor na FE e com os pareceres anteriormente emitidos sobre o caso. Sugere que a interessada busque a revalidação pertinente junto a uma instituição que ofereça curso equivalente ao por ela cursado (21.11.00)
- **Parecer da CG:** aprovou o parecer do relator, Prof. Dr. Romualdo Portela de Oliveira, contrário à revalidação do diploma solicitado por Mônica Leiro Romeo Ribas (01.02.01).
- **Parecer da Congregação:** aprovou o parecer contrário ao pedido de revalidação de diploma (08.03.01).
- **Parecer do CoG:** nega provimento ao recurso interposto pela interessada contra a decisão do Colegiado (20.04.01).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Ayrton Custódio Moreira, negando provimento ao recurso interposto pela interessada (04.06.01).

É aprovado o parecer da CLR, negando provimento ao recurso interposto pela interessada.

2. PROCESSO 2000.1.15836.1.2 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”

- Pedido de reconsideração da decisão do Co de 10.10.00, formulado pelo Prof. Dr. João Rubens Zinsly, pela Congregação da ESALQ e pela ADUSP.
- Relatório final da Comissão Processante de Revisão, instalada pela Portaria GR nº 869, de 22.04.1999, composta pelos Profs. Drs. Antonio Scarance Fernandes (Presidente), João Palermo Neto e Oswaldo Massambani, entendendo que, em relação a: a) Prof.Dr. João Rubens Zinsly - deve ser mantida a pena de exoneração; b) José Ré - deve ser mantida a pena de cassação de aposentadoria; c) Francisco de Assis Ribeiro e Carlos Baltazar - não há provas suficientes para manter as punições impostas pelo Co; e d) Antonio Baltazar - não há como manter a punição, por inexistir prova do prejuízo causado (21.08.00).
- **M. Reitor:** acolhe o relatório final apresentado pela Comissão Processante de Revisão (28.08.00).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Walter Colli, que conclui: “A leitura do alentado relatório ratifica a convicção já existente de que houve procedimento doloso por parte do Prof. Zinsly e do ex-funcionário José Ré. Portanto, a aprovação deste parecer significa a aprovação das conclusões da Comissão Processante Revisora que determinam a manutenção da pena imposta de exoneração do Professor Doutor João Rubens Zinsly e de cassação da aposentadoria do Sr. José Ré. Concomitantemente, estariam sendo inocentados, por falta de provas, os Srs. Carlos Baltazar, Antonio Baltazar e Francisco de Assis Ribeiro. No relatório, referindo-se a acusações surgidas contra terceiros, durante a apuração dos fatos do presente processo, a Comissão Processante aventa a possibilidade de que ‘o Conselho Universitário determine a formação de Comissão, pela Reitoria ou pela ESALQ, a fim de examinar tais elementos dos autos, tomando-se as providências necessárias’. Permito-me discordar dessa sugestão, s.m.j., pois, devemos lembrar que o Co envolveu-se no caso em tela apenas porque havia recursos impetrados. Na opinião deste relator a responsabilidade primeira de avaliar da conveniência de instaurar sindicância pertence à autoridade administrativa. Por esse motivo, embora o Co possa efetivamente determinar o que quiser, é de cautela que ele não invada atribuições da autoridade administrativa, devendo-se deixar ao alvedrio do Magnífico Reitor e do Diretor da ESALQ, a análise da conveniência de averiguar supostos envolvimento das testemunhas arroladas em assuntos que refogem ao foco deste processo” (18.09.00).
- O Co em sessão de 10.10.00, aprovou o parecer da CLR, favorável às conclusões do relatório da Comissão Processante Revisora que determinam a manutenção da pena imposta de exoneração ao Professor Doutor João Rubens Zinsly e de cassação da aposentadoria do Sr. José Ré. Deliberou, ainda, que devem ser afastadas as penalidades impostas aos senhores Carlos Baltazar, Antonio Baltazar e Francisco de Assis Ribeiro, por falta de provas .
- Cópia de um trecho da Ata da 864ª sessão do Co, de 10.10.00.
- Direito de Petição encaminhado pelo Prof. Dr. João Rubens Zinsly ao Diretor da ESALQ, Prof. Dr. Júlio Marcos Filho, que o enviou ao M. Reitor(06.11.00).
- Direito de Petição encaminhado pelo senhor José Ré ao Diretor da ESALQ, Prof. Dr. Júlio Marcos Filho, que o enviou ao M. Reitor (06.11.00).
- **Parecer da CJ:** entende que “trata-se de recursos administrativos *lato sensu*, consistentes em pedido de reconsideração no sentido do artigo 239, *caput*, da Lei estadual nº 10261, de 28 de outubro de 1968 (EE dos Servidores Públicos Civis do Estado de São Paulo), e do artigo 187 do Estatuto dos Servidores da USP, baixado pela Portaria GR nº 239, de 3 de maio de 1966; não se trata do pedido de reconsideração previsto no artigo 42, *caput*, da Lei estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, nem de exercício do direito de petição a que se refere o artigo 23, *caput*, da mesma lei”....”Os recursos administrativos de João Rubens Zinsly preenchem os requisitos de admissibilidade, cabendo, portanto deles conhecer-se. O de José Ré, não, porque é intempestivo: tendo tomado ciência da decisão do Co

de 25.10.00, somente protocolizou seu recurso em 07.11.00, um dia depois de esgotar-se o prazo previsto no artigo 254, *caput*, do Regimento Geral da USP; dele não cabe, portanto, conhecer-se”. Entende assim, que compete ao Co “deliberar novamente sobre o relatório final da Comissão Revisora, rejeitando-o integralmente, acolhendo-o integralmente ou acolhendo-o parcialmente”

- O Prof. João Rubens Zinsly encaminha seu pedido de reconsideração e revisão da decisão do Co de 15.10.00 ao Diretor da ESALQ e ao M. Reitor (30.10.00). - fls. 53verso/54verso
- **Parecer da CJ:** mantém seu parecer anterior, no qual a matéria está devidamente tratada (30.07.01).
- Documentação encaminhada pelos Profs. Drs. Décio Barbin, Flávio C. A. Tavares e José F. M. Menten, ao Diretor da ESALQ, Prof. Dr. Júlio Marcos Filho, contendo as correções do texto aprovado pela Congregação da Unidade em 26.10.00, para ser encaminhado ao Co (02.10.00).
- **Parecer da CJ:** mantém seu parecer anterior (30.07.01).
- Manifestação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP): solicita, com base no artigo 23, parágrafo único da Lei 10177/98, a anulação da decisão tomada pelo Co em 10.10.00 referente ao processo de revisão das penalidades impostas ao Prof. João Zinsly e demais funcionários da ESALQ (07.11.00).
- **Parecer da CJ:** mantém seu parecer anterior (30.07.01).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer da relatora, Prof^a Dr^a Ada Pellegrini Grinover, que sugere as seguintes medidas: a) rejeite a arguição de nulidade do processo e do julgamento do pedido revisional de 10.10.00; b) mantenha sua decisão de condenação, pelo mérito; c) reconsidere a decisão de outubro, último passado, apenas no tocante à dosagem das penas impostas aos requerentes; d) dando provimento parcial à revisão administrativa aos requerentes, com o objetivo de atenuar as penas impostas, aplicando a ambos a pena de suspensão, pelo prazo máximo permitido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo; e) condicione a atenuação das penas à celebração de acordo entre a USP e os servidores (docente e técnico administrativo), no sentido de se darem quitação sobre as importâncias que entendam reciprocamente devidas, a qualquer título, sem que a transação importe em reconhecimento de responsabilidade por qualquer das partes (20.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, adotando as seguintes medidas: a) rejeita a arguição de nulidade do processo e do julgamento do pedido revisional de 10 de outubro de 2000, mantendo sua decisão de condenação, pelo mérito; b) reconsidera a decisão de outubro último passado, apenas no tocante à dosagem das penas impostas aos requerentes, dando-se, assim, provimento parcial à revisão administrativa, com o objetivo de atenuar as penas impostas, aplicando a ambos a pena de suspensão, pelo prazo máximo permitido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, artigo 254 e inciso III do artigo 178, formalizando-se acordo entre a USP e os servidores (docente e técnico-administrativo), no sentido de darem quitação sobre as importâncias que entendam reciprocamente devidas, a qualquer título, sem que a transação importe em reconhecimento de responsabilidade por qualquer das partes.

3. PROCESSO 99.1.6344.1.1 - WALTER FRANCO LOPES DA SILVA

- Recurso interposto pelo interessado contra decisão do CoPGr, que lhe negou o pedido de revalidação do diploma de *Master of Arts in Area Studies (Latin América)*, obtido na *University of London*, ao de Mestre em Economia - Área: Economia das Instituições e do Desenvolvimento.
- Pedido de revalidação do diploma de *Master of Arts in Area Studies (Latin América)*, ao de Mestre em Economia - Área: Economia das Instituições e do Desenvolvimento (31.03.99).

- Notificação do resultado de obtenção do grau de *Master of Arts*, classificado em 01.11.96, na *University of London*, bem como diploma de bacharel em Administração e de conclusão do Curso de Especialização em Administração para Graduados na área de Economia de Empresas, obtidos na Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas.
- Informação da Divisão de Registros Acadêmicos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, de que os autos estão devidamente instruídos, de acordo com a Res. CoPGr nº 3998, de 21.05.93 (31.03.99).
- A Pró-Reitoria de Pós-Graduação encaminha os autos à FEA, para cumprimento das especificações constantes das Resoluções CoPGr 3998, 4268 e 4641 (05.04.99).
 - CoPGr 3998, de 21.05.93, que dispõe sobre normas para a revalidação de títulos ou certificados de pós-graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.
 - CoPGr 4268, de 30.05.96, que altera dispositivos da Res. CoPGr 3998.
 - CoPGr 4641, de 16.03.99, que altera dispositivos da Res. CoPGr 3998.
- **Parecer da CPG:** tendo em vista o parecer contrário dos Profs. Drs. Eleutério Fernando da Silva Prado, Jorge Eduardo de Castro Soromenho e Armênio de Souza Rangel, indefere a solicitação de revalidação (30.07.99).
- **Parecer da Congregação:** aprova o parecer contrário emitido pelos Profs. Drs. Eleutério Fernando da Silva Prado, Jorge Eduardo de Castro Soromenho e Armênio de Souza Rangel, referente a solicitação de revalidação do diploma de mestre (22.09.99).
- **Parecer da Câmara Curricular:** com base no parecer contrário do relator, Prof. Dr. Vanderlei da Costa Bueno, bem como nos demais pareceres e documentação constantes do processo, manifesta-se contrariamente ao pedido de revalidação do Diploma de *Master of Arts* expedido pela *University of London* - Inglaterra, ao nível de mestrado (18.09.99).
- **Parecer do CoPGr:** aprova a manifestação da Câmara Curricular, contrária ao pedido de revalidação (06.12.99).
- Ofício do Diretor da Divisão de Registros Acadêmicos, ao interessado, comunicando a decisão do CoPGr (14.12.99).
- Recurso interposto pelo interessado, em virtude do indeferimento do seu pedido de revalidação de diploma, encaminhando outros documentos e solicitando que seu processo seja submetido à apreciação de outro Instituto dentro da USP, mais em linha com seu estudo sobre privatização e regulação do setor energético, destacando o IEE/USP (23.11.00).
- **Parecer da CPG:** tendo em vista o novo parecer contrário dos Profs. Drs. Eleutério Fernando da Silva Prado, Jorge Eduardo de Castro Soromenho e Armênio de Souza Rangel, indefere a solicitação de revalidação (25.04.01).
- **Parecer da Congregação:** mantém o indeferimento do pedido de revalidação do diploma de *Master of Arts in Área Studies*, obtido pelo interessado na *University of London*, negando provimento ao recurso interposto pelo interessado (02.05.01).
- **Parecer do CoPGr:** mantém sua decisão anterior, negando provimento ao recurso interposto pelo interessado (25.06.01).
- Parecer da CLR : aprova o parecer da relatora Profª Drª Maria Ruth Amaral de Sampaio, negando provimento ao recurso interposto pelo interessado (06.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, negando provimento ao recurso interposto pelo interessado.

4. PROCESSO 99.1.17834.1.5 - ADRIANO ARAUJO FERREIRA

- Recurso interposto pelo interessado contra decisão do CoG, que lhe negou o pedido de revalidação do diploma de *Bachelor of Science* - Educação Física, obtido na *Winthrop University* - Estados Unidos.

- Pedido de revalidação do diploma de *Bachelor of Science*, obtido na *Winthrop University*, na cidade de *Rock Hill*, Carolina do Sul (08.07.99).
- Histórico escolar das notas obtidas.
- Declaração fornecida pela 14ª Delegacia de Ensino de que os estudos feitos pelo interessado são equivalentes aos cumpridos no sistema estadual de ensino, em nível de conclusão de 2º grau para fins de prosseguimento de estudos, publicada em 17.02.94.
- Certificado de comprovação da existência do carimbo consular anexo ao histórico escolar apresentado pelo interessado para tradução (04.02.94).
- *Curriculum Vitae* do interessado.
- Resolução CoG 4640, de 08.03.99, que dispõe sobre normas para a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.
- CG encaminha a documentação à Coordenadora do Curso de Bacharelado em Educação Física, Profª Silene Sumire Oluma, para julgar se há equivalência, comparando a grade curricular do curso, com o histórico escolar do interessado (01.09.99).
- **Parecer da CG:** de acordo com o parecer da Profª Silene Sumire Oluma, decidiu que a grade curricular não contempla o curso de Bacharelado em Educação Física (04.04.00).
- **Parecer da CG:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Dante De Rose Junior, Chefe do Depto. de Esporte da EEFE, contrário à revalidação do diploma do interessado, para o curso de Bacharelado em Esporte (04.09.00).
- Parecer da Congregação : manifestou-se desfavorável à revalidação do diploma do interessado (21.09.00).
- **Parecer do CoG:** homologou a decisão contrária da EEFE (26.10.00).
- Ofício do Diretor da Divisão de Registros Acadêmicos, ao interessado, comunicando a decisão do CoG (30.10.00).
- Recurso administrativo interposto pelo interessado, em virtude do indeferimento do seu pedido de revalidação de diploma (07.12.00).
- **Parecer do CoG:** acolhe o parecer da relatora Profª Drª Sonia Teresinha de Sousa Penin, negando provimento do recurso interposto pelo interessado (21.06.00).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Ayrton Custódio Moreira, negando provimento do recurso interposto pelo interessado (06.08.00).

É aprovado o parecer da CLR, negando provimento ao recurso interposto pelo interessado.

5. PROCESSO 99.1.2843.8.0 - DEMETRIO MARTINELLI MAGNOLI

- Recurso interposto pelo interessado contra resultado de concurso para provimento de cargo de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, no Departamento de Geografia, solicitando anulação do certame.
- Requerimento do Prof. Demétrio Martinelli Magnoli, solicitando sua inscrição ao concurso para provimento de cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (13.10.99)
- Edital do concurso para provimento de dois cargos de Professor Doutor, ref. MS-3, em RDIDP, no Departamento de Geografia, área de Geografia (16.07.99). - fls. 1verso
- Documentação do interessado contendo certificados: Acadêmicos, de Defesa de Tese de Doutorado, Memorial, de Mestrado e publicações.
- Informação da Assistente Acadêmica sobre as inscrições dos candidatos Professores Demétrio Martinelli Magnoli, Ailton Luchiari e Cleide Rodrigues, para o concurso de dois cargos de Professor Doutor no Departamento de Geografia (14.10.99).

- **Parecer da Congregação:** aprova as inscrições dos candidatos, bem como a composição da Comissão Julgadora (21.10.99).
- Ofício da Assistente Acadêmica aos candidatos comunicando a data do concurso e a composição da Comissão (28.10.99).
- Ofício da Assistente Acadêmica aos professores indicados para compor a Comissão Julgadora para o concurso de Professor Doutor para o Depto de Geografia (28.10.99).
- Documentação contendo:
 - calendário geral das provas e listas de pontos para as provas escrita e didática.
 - pareceres da Comissão Julgadora.
 - Relatório final da Comissão Julgadora.
- **Parecer da Congregação:** aprova o relatório final da Comissão Julgadora, que classificou os candidatos Profs. Drs. Cleide Rodrigues e Ailton Luchiari, para provimento de dois cargos de Professor Doutor no Depto. de Geografia (16.12.99).
- Pedido de impugnação apresentado pelo Prof. Demétrio M. Magnoli à Congregação da FFLCH, ao concurso para provimento de dois cargos de Professor Doutor, no Depto. de Geografia, área de Geografia, realizado entre os dias 8/12 e 10/12/99 (20.12.99).
- Cópia da prova escrita anexada pelo candidato, bem como editorial publicado no jornal Estado de S.Paulo.
- Informação da Assistente Acadêmica sobre o recurso impetrado pelo Prof. Dr. Demétrio Martinelli Magnoli contra o resultado do concurso, solicitando sua anulação; encaminha os autos ao Presidente da Comissão Julgadora, Prof. Dr. José Bueno Conti, para proceder à oitiva desta Comissão frente às alegações apresentadas pelo recorrente (23.12.99).
- Encaminhamento dos autos pelo Presidente da Comissão Julgadora à Assistência Acadêmica, esclarecendo que nem todos os membros da Comissão apresentaram suas manifestações (22.02.00).
- Ofício do Diretor da FFLCH, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, ao Procurador Chefe da CJ, Prof. Dr. João Alberto Schützer Del'Nero, encaminhando recurso interposto pelo Prof. Dr. Demétrio Magnoli contra o resultado do concurso junto ao Depto. de Geografia (22.02.00).
- Ofício do Prof. Demétrio Magnoli solicitando a inclusão do exame do concurso em tela e do recurso. Solicita, ainda, que seja convidado para participar da reunião da Congregação no ponto da pauta relativo a essa questão (17.02.00).
- Manifestação do Presidente da Congregação da FFLCH ao Prof. Dr. Demétrio Magnoli, respondendo as alegações do recorrente e informa que será incluído seu recurso na pauta da reunião da Congregação de 24.02.00 (22.02.00).
- **Parecer da Congregação:** indefere o recurso interposto pelo interessado (24.02.00).
- **Parecer do Procurador-Chefe da CJ:** encaminha os autos à Unidade para que junte a manifestação dos membros da Comissão Julgadora; informa, ainda, que a homologação do concurso está suspensa até a decisão final do recurso (02.03.00).
- Pareceres dos membros da Comissão Julgadora:
 - Prof. Dr. Alvanir de Figueiredo: esclarece que a planilha corrigida não altera o resultado do concurso; quanto as alegações apresentadas pelo recorrente nada tem a acrescentar além do relatório apresentado, que justifica as razões da avaliação feita. Baseadas em conjecturas, as afirmações são gratuitas, altamente ofensivas aos componentes da banca (01.02.00).
 - Profª Drª Iandara Alves Mendes: esclarece que o processo do concurso correu de acordo com o Calendário Geral das Provas; aduz que a Comissão Examinadora cumpriu com todas as determinações regimentares da Instituição estando assim, seus integrantes certos da dignidade com que cumpriram suas funções (04.02.00).
 - Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto: reafirma as suas notas e indicações, e considera que os dois candidatos classificados nos 1º e 2º lugares apresentaram melhor desempenho no conjunto das provas (16.03.00).
 - Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira: informa que o concurso se desenvolveu

dentro do estrito cumprimento dos documentos legais que regem os concursos públicos nesta Universidade; que as alegações apresentadas pelo suplicante carecem de fundamento acadêmico e científico; que o julgamento exarado pela Comissão se ateve à rigorosa análise acadêmica e científica das provas e títulos apresentados; que não tem nada a alterar em seu julgamento (06.04.00).

- Prof. Dr. José Bueno Conti: manifesta, na condição de Presidente da Comissão Examinadora do concurso, que nada há a suprimir ou a acrescentar e que lamenta o teor pouco respeitoso do documento do recorrente (10.04.00).

- Manifestação do recorrente de que “a sessão pública não se realizou” e que a alegação da Assistente Técnica da FFLCH não corresponde a verdade; solicita que a Assistente retire a alegação proferida ou apresente provas capazes de sustentá-la (16.03.00).
- **Manifestação da Assistente Técnica Acadêmica:** informa que o resultado do concurso foi proclamado publicamente, logo após o julgamento final da Comissão Julgadora (28.03.00).
- **Manifestação do Presidente da Comissão Examinadora:** confirma as informações registradas pela Assistente Técnica de Direção (03.04.00).
- Alegação apresentada pelo Prof. Demétrio Magnoli ao Conselho Universitário, sobre as manifestações da Comissão Julgadora, e anexando depoimento (24.04.00).
- Depoimento da Profª Regina Araújo.
- Declaração da Profª Drª Miranda Martinelli Magnoli: discorre sobre o seu testemunho quanto a realização final das provas do concurso no Depto de Geografia, informando que: face aos fatos expostos fica claramente caracterizado que não houve sessão pública (13.04.00).
- **Parecer da CJ:** justifica-se a análise do recurso quanto “as questões em torno da realização ou não da sessão pública (art. 144 do RG), da avaliação do memorial (art. 136 do RG) porque são matérias regimentais cuja competência revisora é do Co, e também com relação à alegada manipulação do resultado (art. 37 da CR/88), por tratar-se de grave acusação que não pode deixar de ser verificada na instância administrativa”... “Como o processo de invalidação regulado pela Lei nº 10.177/98 pode, em tese, redundar na anulação do concurso, afetando a esfera jurídica de terceiros”... Sugere que os autos sejam encaminhados ao M. Reitor para determinar sejam intimados os outros candidatos (11.07.00).
- **Chefe do Gabinete:** encaminha os autos para a FFLCH, para que providencie a intimação dos demais candidatos que participaram do concurso (27.07.00).
- Manifestação apresentada pelo candidato Prof. Ailton Luchiari: discorre sobre a realização do concurso e esclarece que o procedimento da Comissão Julgadora atuou em concordância com o Edital e com o Regimento Geral da USP (22.08.00).
- Manifestação apresentada pela candidata Profª Cleide Rodrigues: esclarece as questões sobre a realização ou não de sessão pública (art. 144 do RG), avaliação de Memorial (art. 136 do RG) e manipulação dos resultados (22.08.00).
- **Manifestação do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira:** dá algumas informações ao Diretor da FFLCH e solicita que seja dada ciência do processo ao Prof. Dr. José Bueno Conti, Presidente da banca examinadora, sobre a declaração apresentada pela mãe do candidato (28.09.00).
- Requerimento do Prof. Demétrio Magnoli ao Diretor da FFLCH, solicitando o nome dos participantes da reunião da Congregação de 24.02.00, o número de votos desfavoráveis e a identificação nominal dos que votaram pelo não acolhimento do recurso (27.09.00).
- Ofício do Diretor da FFLCH ao Prof. Demétrio Magnoli, respondendo o seu requerimento: esclarece que a votação é secreta e que portanto não é possível a identificação nominal dos que votaram pelo não acolhimento do recurso; com relação ao pedido de vista, a direção informará quando os autos estiverem a disposição, pois o processo está no Depto de Geografia aguardando manifestações dos Profs. Drs. José Bueno Conti e Lylian Zulma Doris Coltrinari (09.10.00).

- Alegações apresentadas pelo Prof. Dr. José Bueno Conti, sobre a confirmação da realização da referida sessão pública(18.10.00).
- Manifestação apresentada pela Profª Lylian Coltrinari, sobre o procedimento do concurso em tela (25.10.00).
- Ofício do Diretor da FFLCH ao Prof. Demétrio Magnoli, encaminhando cópia do trecho da Ata da Congregação de 24.02.00. (20.09.00).
- Pronunciamento da Assistente Acadêmica, esclarecendo que o resultado do concurso foi proclamado em sessão pública, conforme documentos constantes no processo (30.10.00).
- O Diretor da FFLCH informa que o processo foi disponibilizado ao Prof. Dr. Demétrio Magnoli, em 31.10.00 (01.11.00).
- Manifestação apresentada pelo Prof. Demétrio Magnoli ao Co, esclarecendo os fatos no decorrer da realização das provas do concurso no Depto. de Geografia e abordando: a) manipulação de notas; b) divulgação dos resultados; c) julgamento do memorial, e solicitando a anulação do concurso em tela, pois as evidências contidas nos autos comprovam irregularidades na realização do concurso (04.11.00).
- **Parecer da CJ:** do resumo da Ata da reunião da Congregação na qual foi examinado e decidido o recurso do interessado, não consta a motivação do não provimento da peça recursal. Para que a matéria seja bem examinada é necessário que seja juntada a Ata, na parte em que estejam bem esclarecidas as razões pelas quais a Congregação não acatou o recurso, posto ser a motivação elemento essencial dessa decisão (18.12.00). - fls. 89/89verso
- Alegação apresentada pelo Diretor da FFLCH e Presidente da Congregação, sobre o questionamento da CJ que menciona a ausência de motivação explícita na Ata da Congregação que indeferiu o recurso em questão (22.01.01).
- Documentos encaminhados pelo recorrente à Diretoria da FFLCH e à CJ.
- **Parecer da CJ:** o Diretor da Faculdade aponta que, não obstante profundamente discutida a matéria, não restou, a semelhança de outros casos, “formalmente consignada a motivação da decisão, não existindo documento escrito, hábil, que possa se juntado para dar conhecimento dos fundamentos da decisão”...”por fim, para afastar qualquer dúvida que, não obstante possa a Congregação analisar os documentos juntados ao processo posteriormente, por impulso do Diretor ou por impulso do interessado..., na nova decisão os membros deverão se posicionar sobre as questões levantadas no recurso, não se tratando como aventa o recorrente de alongamento desnecessário ou de providência que poderia ser suprida diretamente pela Diretoria da Faculdade” (09.02.01).
- Solicitação do recorrente ao Presidente da Congregação da FFLCH, para participar da reunião em que será discutido o recurso (16.02.01).
- Ofício do Diretor, em exercício, Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz, esclarecendo ao recorrente que indefere o pedido para que ele participe da reunião da Congregação, pois há nos autos dossiê suficientemente ilustrado para julgar o seu pedido de nulidade (19.02.01).
- **Parecer da Congregação:** faz várias considerações sobre o concurso em tela e delibera, em votação secreta, por dezoito votos pelo indeferimento do recurso, seis a favor do acolhimento e um voto em branco (22.02.01). - fls. 95/95verso
- Manifestação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, referente à anexação de novos documentos aos autos, encaminhados ao Co da USP (09.03.01).
- Informação do Chefe do Depto de Geografia ao Diretor da FFLCH, Prof. Dr. Francis Henrik Aubert, sobre o afastamento do Prof. Dr. José Bueno Conti, por estar participando de evento científico fora do País, e solicitando prorrogação do prazo para garantia dos direitos do professor, que é Presidente da Banca (09.03.01).
- Manifestação do Prof. Dr. José Bueno Conti, ao Diretor em exercício, referente aos novos documentos anexados nos autos e encaminhados ao Co (09.03.01).
- O recorrente solicita à Diretoria da FFLCH vista dos autos (07.03.01).

- Ofício do Diretor em exercício, ao recorrente comunicando que deverá solicitar seu pedido de vista diretamente a Consultoria Jurídica (19.03.01).
- Documento enviado pelo interessado ao Conselho Universitário, contra decisão da Congregação que indeferiu recurso, após apreciá-lo pela segunda vez; isso foi necessário, pois a primeira decisão foi considerada nula por falta de motivação para o seu indeferimento (02.04.01).
- **Parecer da CJ:** entende que o único caminho para aproveitar o recurso seja desconsiderar a avaliação feita por um dos membros da banca, o que deixaria a comissão com um componente a menos; seu posicionamento é desfavorável ao aproveitamento do concurso, face aos desacordos existentes, insuscetíveis de serem convalidados, concluindo, por isso, pela nulidade do concurso (03.05.01).
- **Parecer da CLR:** aprova o parecer da relatora, Prof^a Dr^a Ada Pellegrini Grinover, que conclui pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pelo interessado (06.08.01).
- Alegações apresentadas pelo Prof. Dr. Demétrio Magnoli ao Conselho Universitário (12.08.01).

É aprovado o parecer da CLR, pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pelo interessado.